

Aula 00 - Prof. Anna Valéria

*TRT 10ª Região (Analista Judiciário -
Apoio Especializado - Serviço Social)*

Conhecimentos Específicos - 2024

(Pós-Edital)

Autor:

**Anna Valéria Andrade, Nilza
Ciciliati, Tiago Zanolla**

29 de Dezembro de 2024

Índice

1) Aula 00 CEBRASPE	3
---------------------------	---



APRESENTAÇÃO

Olá, **Corujas!** Tudo bem? 😊

O seu edital foi lançado e a **equipe de Serviço Social do Estratégia** vai te ajudar a conquistar a tão sonhada aprovação. Estamos muito felizes e entusiasmadas por recebê-lo(a) neste curso, com aulas repletas de aprendizado sobre os conhecimentos específicos do seu concurso. Vamos juntos embarcar nesta jornada de conhecimento e crescimento!

Antes de começarmos, permita-nos apresentar a nossa equipe de professoras!



Equipe de Serviço Social

Professora Anna Valéria Andrade - Graduada em serviço social pela UFRN, mestre em avaliação em saúde pelo Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira - IMIP, doutoranda em serviço social pela PUC -SP, assistente social judiciário do TJSP e especialista em preparação para concursos públicos na área de serviço social. Já passou nos primeiros lugares em mais de 11 concursos em todo o Brasil.

Professora Coimbra Almeida - assistente social, Servidora Pública, Analista Judiciário - Assistente Social - do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte - TJRN, especialista em Elaboração e gestão de projetos sociais e Mestra em Gerontologia pela UFSCar.

Professora Nilza Ciciliati - assistente social, servidora pública federal, ocupa o cargo de Analista do Seguro Social - área de Serviço Social - no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS desde 2016. Graduada em Serviço Social pela UNIGRAN-MS, com pós-graduações em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social pela PUC-PR, Neurociência aplicada à



aprendizagem pela Faculdade Integrada Instituto Souza, e Direito Previdenciário pela Faculdade Internacional Signorelli-RJ, é especialista em preparação para concursos na área de Serviço Social e Legislação Social.



Siga nossas redes sociais, lá postamos dicas e avisos de gravações das videoaulas do seu curso!



Instagram das professoras:

@annavalériaandrade
@eucoimbraalmeida
@profnilzaciciliati

Conte conosco para direcionar o seu aprendizado de forma certa!

Desejamos uma ótima aula e bons estudos!

Anna Valéria, Coimbra Almeida e Nilza Ciciliati



PERFIL E ANÁLISE ESTATÍSTICA DA BANCA CEBRASPE

Perfil da Banca CEBRASPE

A Banca **CEBRASPE (CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIAÇÃO E SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS)**, conhecida anteriormente como **CESPE**, é uma das principais bancas examinadoras brasileiras, reconhecida especialmente pela elaboração das provas em diversas áreas, como de tribunais, bancária, administrativa, previdenciária e de residência multiprofissional.

Não é à toa que essa é uma das Bancas mais respeitadas na atualidade, por suas características únicas e distintas. A banca é conhecida por formular questões com uma única afirmativa, exigindo do candidato um conhecimento preciso da temática, para distinguir se a questão está certa ou errada.

Vejam as principais características da Banca:



- **Formato das Questões:** O CEBRASPE tem duas formatações nas cobranças das questões. Uma delas é a forma padrão das demais bancas, ou seja, múltipla escolha. A outra seria “certo” ou “errado”, sendo a forma mais comum de elaboração de provas. As provas no formato “certo” ou “errado” geralmente contam com **120 questões**, mas dependendo do concurso pode variar de 100 ou 150 questões. Já nos exames de múltipla escolha, a quantidade de questões vai de 60 a 80. A banca costuma, também, avaliar os candidatos por meio de uma prova discursiva.
- **Sistema de Pontuação:** Possui um sistema de pontuação em que **uma questão errada anula uma questão certa**, no formato de provas em que as respostas são “certo” ou “errado”. Isso exige uma boa estratégia de resolução de questões, para que o candidato não perca pontos desnecessariamente. Por exemplo, um chute em uma prova de “certo” ou “errado” pode custar caro ao candidato.
- **Enunciado com Várias Questões:** Presença de enunciado com várias questões baseadas nesse mesmo enunciado, nas provas de “certo” ou “errado”.
- **Linguagem clara, mas sem literalidade da lei:** As questões possuem uma linguagem clara, com comandos previsíveis e recorrentes, porém, não é um “copia e cola” da lei. O candidato vai se deparar com situações hipotéticas e exemplos de aplicabilidade da legislação, o que demanda uma boa interpretação das questões.
- **Análise de questões com informações incompletas:** Para a banca CEBRASPE, uma questão incompleta não é necessariamente considerada incorreta. Na verdade, uma assertiva, mesmo



que incompleta, pode estar correta. Portanto, é importante ler atentamente cada questão e não assumir que uma informação incompleta automaticamente torna a questão errada.

- **Utilização de vocabulário específico e termos recorrentes:** Algumas palavras são comuns em questões de concursos da Banca CEBRASPE devido à sua complexidade e à necessidade de um bom entendimento do vocabulário. Alguns exemplos são:
 - "**prescindir**" (termo usado para expressar a ideia de que algo não é necessário ou pode ser dispensado).
 - "**subjacente**" (que está por trás ou abaixo de algo),
 - "**peremptório**" (decisivo, definitivo) e
 - "**substantivar**" (dar existência ou forma concreta a algo).

Essas características fazem do CEBRASPE uma banca única e desafiadora, sendo essencial para os candidatos conhecerem bem o perfil da banca antes de fazerem as provas.

Prova discursiva

Em relação à aplicação das **provas discursivas**, a principal característica da Banca CEBRASPE é que ela exige que o candidato **redija textos claros, concisos e bem estruturados**. O candidato precisa ter uma **boa capacidade de argumentação**, demonstrando **conhecimento técnico e aprofundado** sobre a temática a ser desenvolvida na discursiva. A prova discursiva avaliará:

1. Conteúdo (Conhecimento do Tema)

Este critério avalia se o candidato possui um conhecimento técnico e aprofundado sobre o tema proposto. É essencial demonstrar domínio sobre o assunto e apresentar informações precisas e pertinentes.

Dicas: Estude profundamente o conteúdo relacionado ao Serviço Social, incluindo legislação, políticas públicas, e teorias relevantes. Use exemplos específicos e dados atualizados para embasar seus argumentos.

2. Capacidade de Expressão na Modalidade Escrita

Este critério avalia a habilidade do candidato em expressar suas ideias de forma clara, coerente e organizada. A construção lógica do texto é fundamental, incluindo a introdução, desenvolvimento e conclusão.

Dicas: Pratique a escrita regularmente. Estructure seus textos de forma que cada parágrafo tenha uma ideia central. Utilize conectivos para garantir a coesão e a fluidez entre as partes do texto.

3. Uso das Normas do Registro Formal Culto da Língua Portuguesa

Este critério avalia o domínio do candidato sobre as normas gramaticais e ortográficas da língua portuguesa, além do uso adequado do vocabulário e da pontuação.



Dicas: Revise as regras gramaticais e ortográficas frequentemente. Leia textos formais para familiarizar-se com o estilo de escrita. Sempre revise e corrija seus textos antes de finalizar.

Análise estatística da Banca CEBRASPE

A seguir, apresentaremos a análise estatística da incidência dos assuntos mais cobrados na matéria de Serviço Social e Legislação Social, tendo como base as provas aplicadas entre os anos de 2020 a 2024.

Cabe observar, mais uma vez, que a cobrança dos assuntos **pode variar de acordo com as especificidades da área e do cargo pretendido**. Nunca deixe estudar todo o conteúdo do seu edital!

1. Profissão do Assistente Social e o Código de Ética do Serviço Social	10.1 %
1.1. Código de Ética de 1993 - Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8.662 de 1993	5.8 %
1.2. Projeto Ético-Político do Serviço Social e Diretrizes Curriculares do Serviço Social	2.7 %
1.3. Princípios Fundamentais, Sigilo Profissional, Direitos, Deveres, Vedações e Responsabilidades Gerais do Assistente Social	2.1 %
1.4. Órgãos de Fiscalização da Profissão - CFESS/CRESS - e Resoluções do CFESS	1.8 %
1.5. Serviço Social e Ética	1.5 %
1.6. Infrações Disciplinares e Penalidades no Serviço Social	1.3 %
1.7. Competências e Atribuições Privativas do Assistente Social	0.7 %
1.8. Serviço Social e Direitos Humanos e Sociais	0.3 %
1.9. Códigos de Ética de 1947-1975 e de 1986	0.1 %
2. Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Família	6.3 %
2.1. Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente - Proteção a Família	4.6 %
2.2. Proteção Social ao Idoso	0.7 %
2.3. Proteção Social aos Usuários de Álcool e outras Drogas	0.6 %
2.4. Matricialidade Sociofamiliar	0.3 %
2.5. Proteção Social às Pessoas com Deficiência	0.3 %
3. Assistência Social no Serviço Social	5.7 %
3.1. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS	3.1 %
3.2. Benefícios Eventuais e de Prestação Continuada/LOAS	2.4 %
3.3. Sistema Único de Assistência Social – SUAS (Gestão da AS)	0.6 %
3.4. Política Nacional de Assistência Social – PNAS	0.4 %
3.5. Conselhos de Assistência Social (nacional, estaduais e municipais)	0.4 %
3.6. Proteção Social Básica	0.1 %
3.7. Redes Sociais	0.1 %
4. Instrumentos Técnicos-Operativos do Serviço Social	4.5 %
4.1. Instrumentos e Técnicas de Intervenção	3.4 %
4.2. Estudo Social, Pareceres, Perícia Social, Relatório Social e Laudo Social	1.6 %
5. Saúde	3.7 %
5.1. Serviço Social na Saúde	1.5 %



5.2. Sistema Único de Saúde - SUS: Lei Orgânica da Saúde - LOS - Lei nº 8.080 de 1990 e Lei nº 8.142 de 1990	1.0 %
5.3. Serviço Social e Atendimento a Vítimas de Violência	0.7 %
5.4. Serviço Social e Conselhos de Saúde e Conselhos Gestores	0.4 %
5.5. Serviço Social e Atenção Hospitalar	0.1 %
5.6. Redes Sociais e Serviço Social	0.1 %
5.7. Serviço Social e Redes de Atenção à Saúde	0.1 %
6. Trabalho e Serviço Social	3.0 %
6.1. Questão Social e Serviço Social	1.5 %
6.2. Trabalho e Serviço Social: perfil, demanda, prática e competências profissionais	1.2 %
6.3. Transformações Societárias, mundo do trabalho e Estado capitalista	1.0 %
6.4. Condições e Mercado de Trabalho do Assistente Social	0.4 %
7. Pesquisa em Serviço Social	2.7 %
8. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social	2.5 %
8.1. Surgimento e Institucionalização do Serviço Social	1.9 %
8.2. Movimento de Reconceituação do Serviço Social	0.4 %
8.3. Serviço Social na América Latina	0.4 %
8.4. Movimento de Renovação do Serviço Social	0.3 %
9. Políticas Sociais	2.4 %
9.1. Políticas Sociais pós Constituição Federal de 1988 e no contexto neoliberal	1.6 %
9.2. Noções Gerais de Políticas Sociais	1.0 %
9.3. Serviço Social e Controle Social	0.1 %
10. Serviço Social no campo sócio jurídico	1.8 %
11. Violência e Serviço Social	1.5 %
12. Serviço Social e Minorias: grupos étnicos/raciais, movimentos sociais, questão agrária e ambiental, questão habitacional, questão de gênero e população de rua	1.3 %
13. Assessoria e Consultoria em Serviço Social	1.2 %
14. Planejamento, Monitoramento e Avaliação de Planos, Programas e Projetos	1.0 %
15. Serviço Social na Empresa, Responsabilidade Social, Terceiro Setor, ONGs, Entidades Sociais, Recursos Humanos e Gestão de Pessoas	0.6 %
16. Instrumentalidade do Serviço Social	0.4 %
17. Serviço Social na Educação	0.4 %
17.1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB	0.3 %
17.2. Educação e Serviço Social	0.1 %
18. Pensamento Social	0.4 %
19. Serviço Social e Equipe Multi e Interdisciplinar	0.3 %
20. Previdência Social	0.1 %



Estratégias para lidar com a prova da CEBRASPE

Agora que você já conhece as principais características da Banca CEBRASPE, vou trazer aqui algumas dicas básicas de preparação para a prova:

Tenha estratégia de prova: Saiba lidar com o sistema de pontuação, que penaliza respostas erradas e deixa respostas em branco com zero pontos. Sugere-se usar um método de eliminação e marcar as questões com dúvida para revisar mais tarde.

Não Chute Aleatoriamente: Evite chutar aleatoriamente. Se você não tem certeza da resposta, é melhor deixar a questão em branco para evitar perder pontos.

Gestão do Tempo: Saiba como gerir o tempo e o aspecto emocional do teste, que pode ser estressante e exaustivo. Recomenda-se ter uma boa noite de sono, comer bem e manter a calma e a confiança no momento da prova.

Prática de Questões: Conheça o estilo de questionamento da banca, que geralmente se baseia na aplicação do conteúdo a casos concretos, e pratique muitas questões de exames anteriores. Isso auxilia os candidatos a se acostumarem com o estilo das questões e a entenderem o que a banca costuma exigir. É uma forma eficiente de se preparar e alcançar bons resultados.

Estudo com simulados: Também é importante estar ciente das armadilhas e do possível desgaste causado por uma prova longa e com questões complexas. Ao praticar com simulados, os candidatos podem aperfeiçoar sua capacidade de gerenciar o tempo e lidar com questões desafiadoras sem perder a concentração.



Agora você já sabe o perfil da Banca e as matérias com maior peso nas provas para direcionar seu estudo. A seguir, você encontrará mais detalhes e dicas valiosas sobre os conteúdos mais cobrados em Serviço Social!

Em seguida, você vai se deparar com uma lista de questões, tendo o gabarito ao final! Resolva-as!

Só depois confira o seu desempenho e leia as questões, uma a uma, comentadas pela equipe de professoras, atentando-se mais para aquelas em que você errou a resposta. Procure entender o motivo do erro! Se achar necessário, volte à teoria para revisar!

E lembre-se sempre: "treino difícil, jogo fácil"! A hora de errar e aprender é agora!



CONHEÇA OS CONTEÚDOS MAIS COBRADOS PELA BANCA

Projeto Ético-político e o Código de Ética do Assistente Social

O Projeto ético-político do Serviço Social

Olá corujinha! Vamos começar trazendo uma questão, que cobrada pela Banca CEBRASPE em 2023, com o assunto "Projeto ético-político do Serviço Social":



(CESPE/CEBRASPE - 2023) Com base no projeto ético-político do serviço social, julgue o próximo item.

As bases que deram origem a uma nova perspectiva ético-política para o serviço social brasileiro foram estabelecidas entre 1970 e 1980.

() Certo () Errado

Comentário:

A afirmação é **certa**. As bases para uma nova perspectiva ético-política para o Serviço Social brasileiro realmente começaram a ser estabelecidas entre as décadas de 1970 e 1980.

Este foi um período de intensas mudanças sociais e políticas no Brasil e em todo o mundo, e o Serviço Social não foi exceção. Durante esse tempo, houve um movimento crescente dentro da profissão para reavaliar e reformular suas abordagens teóricas e práticas.

Essa reavaliação levou ao desenvolvimento de uma nova perspectiva ético-política que buscava alinhar o Serviço Social com a teoria social crítica. Isso foi refletido na adoção do projeto ético-político, que continua a orientar a prática do Serviço Social no Brasil até hoje.

Portanto, a afirmação de que as bases para essa nova perspectiva foram estabelecidas entre 1970 e 1980 é correta.

Gabarito: Certo.





A construção do projeto ético-político

A construção do projeto ético-político da profissão, comprometido com os interesses da classe trabalhadora, vem sendo construído desde os **anos de 1970**, mais precisamente **no final daquela década**, quando o Serviço Social rompe com o conservadorismo e adota uma **perspectiva crítica**, com base na teoria marxista.



O **auge desse movimento de reconceituação**, adotando uma intenção de ruptura com o conservadorismo, se deu no **III CBAS**, chamado **Congresso da Virada**, realizado em São Paulo, em **1979**.

Esse foi um período em que estava havendo a **redemocratização do país** (passava-se por um período ditatorial, de 1964-1985) quando a **classe trabalhadora se reinseriu na cena política** e revitalizou as suas entidades representativas e a categoria profissional se vinculou ao movimento dos trabalhadores, **rompendo com a dominância do conservadorismo** e instaurando o **pluralismo político** na profissão.

A estrutura do projeto ético-político



O projeto ético-político está em um constante processo de construção. Ele **não é estático**, é **flexível** e se molda para enfrentar novas problemáticas e desafios.

Ele é explicitado no **Código de Ética Profissional de 1993**, na **Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/93)** e nas **Diretrizes Curriculares** aprovadas pela ABEPSS em

1996.



- **O Código de Ética Profissional**, que é o conjunto de regras que orientam a conduta ética e política dos assistentes sociais, baseado na liberdade, na democracia, nos direitos humanos e na justiça social.
- **A Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93)**, que é a lei que reconhece o Serviço Social como uma profissão de nível superior, que define as suas áreas e campos de atuação, que estabelece os órgãos de fiscalização e de defesa da profissão, que determina as condições de trabalho dos assistentes sociais, as competências e atribuições privativas.
- **As Diretrizes Curriculares Gerais para o curso de Serviço Social**, que são as orientações que definem os conteúdos, as metodologias, as avaliações e as práticas pedagógicas dos cursos de graduação em Serviço Social, visando garantir a qualidade da formação profissional, de acordo com o projeto ético-político da categoria.



Elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social:

1. Explicitação de princípios e valores ético-políticos;
2. Matriz teórico-metodológica em que se ancora;
3. Crítica radical à ordem vigente;
4. Lutas, posicionamentos e formas coletivas de organização política da categoria e da sociedade;

Componentes que darão materialidade ao projeto profissional:

1. **Dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social** (processos reflexivos do fazer profissional, dimensão investigativa);
2. **Dimensão político-organizativa da profissão** (CFESS, ABEPSS, ENESSO, fóruns de deliberação);
3. **Dimensão jurídico-política da profissão** (arcabouço legal, leis, resoluções);





(CESPE/CEBRASPE - 2022) Assinale a opção que apresenta um documento que baseia o projeto ético-político do serviço social.

- A. Lei Orgânica da Assistência Social
- B. Estatuto da Criança e do Adolescente
- C. Estatuto da Família
- D. Estatuto do Idoso
- E. Diretrizes Curriculares da ABEPSS

Comentário:

O projeto ético-político é explicitado no **Código de Ética Profissional**, na **Lei de Regulamentação da profissão** (Lei 8662/93) e nas **Diretrizes Curriculares** aprovadas pela ABEPSS em 1996.

Gabarito: letra E.



Outro assunto muito cobrado pela Banca CEBRASPE é sobre a **revisão do Código de Ética de 1986**, que resultou no **Código atual de 1993**.

Foram quatro Códigos de Éticas publicados até chegar no Código atualmente vigente, de 1993:





ANOTE ISSO:

Conquistas efetivadas no Código de Ética de 86:

- Rompimento com a pretensa perspectiva "imparcial" dos códigos anteriores;
- Desvelamento do caráter político da intervenção ética;
- Explicitação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de pessoa humana;
- Negação de valores a-históricos;
- Recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído; (BARROCO; TERRA; 2012, p.48)

Já o **Código de Ética de 1993** é resultado da **revisão do código de 1986**, fruto de várias discussões ocorridas nos seguintes eventos:

I Seminário Nacional de Ética, em agosto de 1991;

VII CBAS em maio de 1992;

II Seminário Nacional de Ética, em novembro de 1992.

O novo Código incorporou valores e princípios ético-políticos que expressam o **compromisso da categoria com a classe trabalhadora** e com a **construção de uma sociedade mais justa e igualitária**.



(CESPE/CEBRASPE - 2023) Acerca dos fundamentos éticos do serviço social, julgue o item a seguir.

O VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o II Seminário Nacional de Ética, ambos realizados em 1992, foram determinantes para revisão do Código de Ética de 1975.



() Certo () Errado

Comentário:

A afirmação está **errada**. O texto deveria se referir à **revisão do Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1986**, que foi um processo importante e abrangente na história da profissão no Brasil. A necessidade dessa revisão começou a ser sentida no final dos anos 80 e foi oficialmente agendada durante a gestão 1990/1993 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

O processo de revisão foi marcado por uma série de eventos significativos, incluindo o **I Seminário Nacional de Ética em agosto de 1991**, o **VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em maio de 1992**, e **culminou com o II Seminário Nacional de Ética em novembro de 1992**. Esses eventos envolveram várias organizações profissionais, incluindo o CFESS, o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABESS), a Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) e a Sociedade de Estudos Sociais (SESSUNE).

A participação ativa de assistentes sociais de todo o país nesses eventos garantiu que o novo Código de Ética refletisse as aspirações coletivas dos profissionais brasileiros. Isso significa que o código foi produzido com um alto grau de consenso e representatividade, tornando-o um reflexo fiel dos valores e princípios éticos da profissão naquele momento. O novo Código de Ética de 1993, portanto, não foi apenas um documento regulatório, mas também uma expressão das aspirações coletivas dos assistentes sociais brasileiros.

Gabarito: Errado.



Em relação ao conteúdo do **Código de Ética de 1993**, podemos observar a recorrência de cobrança em provas sobre o **sigilo profissional!**

DO SIGILO PROFISSIONAL



Fique atento no art. 15, pois o sigilo profissional é um **"direito"** e **não um "dever"**.

Vejam o que diz o Código de Ética do artigo 15 ao 18:



Art. 15 Constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional.

Art. 16 O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.

Parágrafo único. Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.

Art. 17 É vedado ao/a assistente social revelar sigilo profissional.



Fique atento também nos casos em que **o sigilo é admissível!**
Despenca em prova!

Art. 18 A quebra do sigilo **só é admissível** quando se tratarem de **situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.**

Parágrafo único A revelação será feita dentro do **estritamente necessário**, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento.



Vamos entender melhor quando pode ser aplicado essa exceção na quebra do sigilo profissional?

Bem, o sigilo profissional do assistente social é um princípio ético fundamental para a profissão. Ele **visa proteger a confidencialidade das informações obtidas no exercício da profissão.** Como vimos no art. 18, a quebra do sigilo **só é admissível** em situações cuja gravidade possa trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade, envolvendo ou não fato delituoso. Isso significa que, **em situações extremas, onde há risco iminente de morte, de violência sexual ou de outros crimes graves, o sigilo pode ser quebrado.**





(CESPE/CEBRASPE - 2022) De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, julgue o item que se segue, a respeito do sigilo profissional.

A quebra do sigilo é aceitável quando se tratar de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário e da coletividade.

() Certo () Errado

Comentário:

O art. 17 do Código de Ética dispõe que é **vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional**. Todavia, o art. 18 do Código de Ética afirma que a quebra de sigilo **só é admissível em situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade**.

Gabarito: Certo.



Outro conteúdo que despensa nas provas da Banca CEBRASPE é sobre a **relação dos assistentes sociais com a justiça**:

DAS RELAÇÕES DO/A ASSISTENTE SOCIAL COM A JUSTIÇA

Vejamos o que diz o Código de Ética do artigo 19 ao 20:

Art. 19 São deveres do/a assistente social:

a- apresentar à justiça, **quando convocado na qualidade de perito ou testemunha**, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos neste Código;



b- comparecer perante a autoridade competente, quando intimado/a a **prestar depoimento**, para declarar que está **obrigado/a a guardar sigilo profissional** nos termos deste Código e da Legislação em vigor.

Art. 20 É vedado ao/à assistente social:

a- **depor como testemunha sobre situação sigilosa do/a usuário/a** de que tenha conhecimento no exercício profissional, **mesmo quando autorizado**;

b- **aceitar nomeação como perito e/ou atuar em perícia** quando a **situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional**, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.



Isso quer dizer que, quando convocado pela justiça na qualidade de perito ou testemunha, **é dever do assistente social** apresentar-se para informar as conclusões do seu laudo ou depoimento. No entanto, **é vedado ao assistente social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional**, mesmo quando autorizado. Portanto, caso o assistente social seja intimado a prestar depoimento perante a justiça, ele deve comparecer e apresentar apenas os dispositivos legais segundo o Código de Ética.



No caso de prestar depoimento como **TESTEMUNHA**:

- Quando convocado, não deverá extrapolar o âmbito da competência profissional. Deverá declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional.
- Sobre situação sigilosa do usuário: **é vedado depor como testemunha.**



(CESPE/CEBRASPE - 2024) Julgue o item subsequente à luz do Código de Ética do Assistente Social.

Quando chamado a depor, em regra geral o assistente social tem o dever de testemunhar sobre situação sigilosa de que tiver conhecimento durante o exercício da sua profissão.

() Certo () Errado

Comentário:

O item está incorreto. Segundo o Artigo 20 do Código de Ética do Assistente Social, **é vedado** ao assistente social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado. Este artigo reforça a importância do sigilo profissional e a necessidade de proteger as informações confidenciais dos usuários. O assistente social só pode revelar informações sigilosas em situações excepcionais previstas pela legislação, como risco iminente de dano grave ao usuário ou a terceiros. Portanto, a regra geral é que o assistente social deve manter a confidencialidade das informações obtidas no exercício da sua profissão.

Gabarito: Errado.

Você precisa ficar atento(a) também às **penalidades** previstas no Código de Ética, pois é um assunto que está sempre aparecendo nas provas!



Lembrando que há diferenças nas penalidades previstas no Código de ética e na Lei de Regulamentação da Profissão:

Código de Ética Profissional	Lei de Regulamentação da Profissão
<ul style="list-style-type: none">• multa: mínimo 1 anuidade; máximo 10 anuidades• advertência reservada• advertência pública• suspensão: 30 dias a 2 anos• cassação do registro profissional	<ul style="list-style-type: none">• multa: 1 a 5 x o valor da anuidade• suspensão: 1 a 2 anos• cancelamento definitivo do registro



QUESTÃO DE PROVA:

(CESPE/CEBRASPE - 2023) São penalidades previstas no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social, além de multa,

- A) cassação do registro do profissional, advertência pública e advertência reservada.
- B) advertência reservada, cassação do exercício profissional e suspensão do CPF.
- C) suspensão do registro do profissional, advertência pública e cassação do CPF.
- D) advertência pública em Assembleia Geral da Categoria no âmbito dos Conselhos Regionais de Serviço Social e suspensão do exercício profissional.

Comentário:

São penalidades previstas no Código de Ética Profissional de 1993: multa; advertência reservada; advertência pública; suspensão do exercício profissional; e cassação do registro profissional.

Mnemônico para recordar: **MU - AD.RE - AD.PU - SUS - CASSA**

Gabarito: A.



Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Família

Quando falamos em proteção à criança e ao Adolescente, imediatamente, pensamos na Legislação maco da proteção à esse segmento: O **Estatuto da Criança e do Adolescente**. **O ECA foi promulgado em 1990, substituindo o Código de Menores, e é um marco legal que representa um avanço na proteção das crianças e adolescentes.**

O ECA traz a **responsabilidade solidária da efetivação dos direitos das crianças e adolescentes aos 04 "entes"**:

- ✓ **Família;**
- ✓ **Comunidade;**
- ✓ **Sociedade em geral e poder público.**

Vamos relembrar os **principais pontos dessa** legislação:



É CONSIDERADO CRIANÇA E ADOLESCENTE, CONFORME O ART. 2º DO ECA:

"Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, **aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade**".



CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Profissional Nível Universitário Jr (ITAIPU)/Assistente Social - De acordo com a Lei n.º 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), considera-se criança:

- A) a pessoa com até doze anos de idade completos, e adolescente aquela com idade entre doze e dezoito anos.
- B) a pessoa com até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela com idade entre doze e dezoito anos.
- C) a pessoa com até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela com idade entre doze e dezessete anos incompletos.
- D) a pessoa com até onze anos de idade completos, e adolescente aquela com idade entre doze e dezoito anos.
- E) a pessoa com até onze anos de idade incompletos, e adolescente aquela com idade entre onze e dezoito anos incompletos.

Comentário:

ECA, Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm



Gabarito: B

GARANTIA DE PRIORIDADE

Outro ponto que merece destaque, refere-se à **garantia de prioridade**. O parágrafo Único exemplifica o que compreende a **garantia de prioridade**:



Seu Parágrafo Único exemplifica o que compreende a **garantia de prioridade**:

"Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude"

DIREITOS FUNDAMENTAIS

Os direitos fundamentais da criança e do adolescente estão previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no artigo 227 da Constituição Federal de 1988. São eles:

- Vida;**
- Saúde;**
- Liberdade;**
- Respeito;**
- Dignidade;**
- Convivência Familiar e Comunitária;**



- Educação;
- Cultura;
- Esporte;
- Lazer.
- Direito à profissionalização e à proteção no trabalho



CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Analista de Apoio à Assistência Judiciária (DP DF)/Serviço Social - Com relação ao direito à vida e à saúde conforme o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item a seguir.

A gestante e a parturiente têm direito a um acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.

Certo

Errado

Comentário: A gestante e a parturiente têm direito a um acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato, conforme o seguinte artigo:

Art. 8º § 6º A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.

Gabarito: CERTO





ASSUNTO REPETIDO NAS PROVAS

CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Assistente Social (FUB)

Maria tem 26 anos de idade, está grávida, é solteira e mãe de uma menina de 5 anos de idade, chamada Laura, atendida no serviço de saúde por consequências de castigo físico. Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

Maria tem direito de escolher seu acompanhante durante o período em que permanecer na maternidade por ocasião do parto.

Certo

Errado

Comentário. No rol do direito à vida e à saúde, o ECA prevê que a gestante, no caso Maria, tem o direito de escolher um acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato, nos termos do artigo 8º, parágrafo 6º:

Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Gabarito: CERTO





O direito à vida e à saúde são direitos fundamentais garantidos a todos (crianças ou adultos). É um direito fundamental garantido pela Constituição Federal. No entanto, o ECA “reforçou” esses direitos fundamentais, e mais do que isso, obrigou o Estado a garantir tais direitos **“mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”**.

Dessa forma, levando-se em conta a questão em tela, **não é apenas o direito de nascer, não é apenas o direito de sobreviver**. A garantia vai muito além disso. O direito à vida e à saúde deve permitir o **NASCIMENTO** e o **DESENVOLVIMENTO SADIO E HARMONIOSO**, em **CONDIÇÕES DIGNAS DE EXISTÊNCIA**.

GUARDA E ADOÇÃO



Em relação à **Guarda**, o **Artigo 33º** ressalta que a guarda obriga a prestação dos seguintes tipos de assistência à criança ou adolescente, por parte de seus detentores: material, moral e educacional, dando-lhe também o direito de se opor a terceiros, inclusive aos pais.

A GUARDA NÃO É UMA DECISÃO DEFINITIVA. O Artigo 35º diz que ela **PODERÁ SER REVOGADA A QUALQUER TEMPO**, mediante ato judicial fundamentado e ouvido o Ministério Público.

O **Parágrafo 1º do Artigo 39º** aborda que a **adoção é medida excepcional e irrevogável**, à qual se deve recorrer apenas quando **esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa**, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei.





VEJA COMO COBRAM NA PROVA

CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Analista de Apoio à Assistência Judiciária (DP DF)/Serviço Social - Com relação ao direito à vida e à saúde conforme o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item a seguir.

As gestantes ou mães que manifestarem interesse em entregar seus filhos para a adoção deverão ser compulsoriamente encaminhadas ao conselho tutelar para a realização de escuta qualificada.

Certo

Errado

Comentário: Ao contrário do afirmado, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que as gestantes ou mães que manifestarem interesse em entregar seus filhos para a adoção **deverão ser obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude**, nos termos do artigo 13, § 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 13. § 1º As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude.

Gabarito: ERRADO



A REGRA É CLARA

Art. 13 (...)§ 1º As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude.

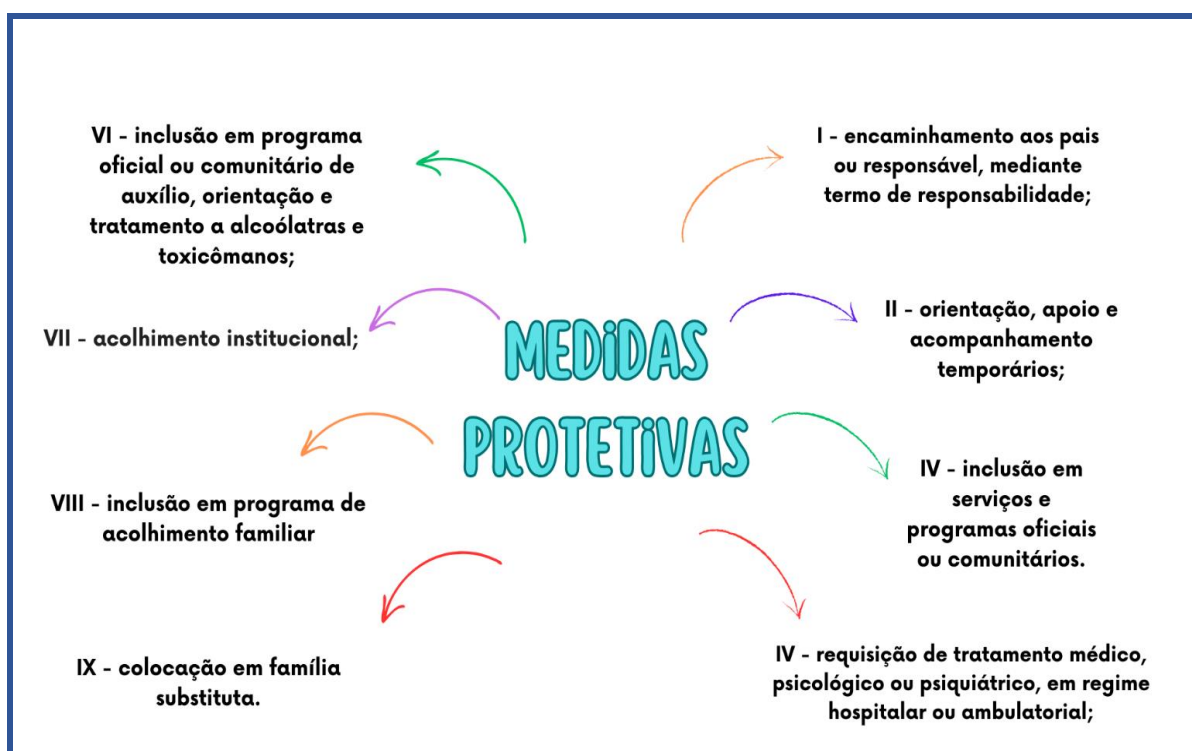




Muito atenção em três coisas nesse dispositivo:
Se manifestar a vontade de entregar, serão **OBRIGATORIAMENTE** encaminhadas (obrigatório).
Encaminhar à **JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE** (cuidado, aqui não é Conselho Tutelar).
Tudo isso deve ocorrer **SEM CONSTRANGIMENTO** (ninguém pode ficar “condenando” a mulher por essa opção).

MEDIDAS DE PROTEÇÃO

As medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) são aplicadas quando a criança ou adolescente tem seus direitos violados ou ameaçados, ou quando comete um ato infracional, visto que o O ECA adota a doutrina da **proteção integral**, que prevê que todas as crianças e adolescentes merecem proteção, independentemente da situação em que se encontram. Vejamos:





Não confunda as **Medidas de Proteção** com as **Medidas Socioeducativas**. Estas **são aplicadas a adolescentes que cometem atos infracionais** e estão previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A aplicação da medida **deve ser reavaliada periodicamente, no máximo a cada seis meses**, e por duração **não superior a três anos**. Em alguns casos, as medidas **socioeducativas podem ser aplicadas até o limite de 21 anos**.

Em relação as **medidas socioeducativas**, é importante frisar:





RESOLVENDO QUESTÃO DE PROVA:

CEBRASPE (CESPE) - 2021 - Analista Judiciário (TJ RJ)/Judicial/Comissário de Justiça da Infância - Para garantir a eficácia de sua missão social, o conselho tutelar, por meio dos conselheiros tutelares, deve cumprir com zelo as atribuições que lhe foram confiadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o que, na prática, significa aplicar medidas protetivas, como:

- A) atender criança que pratica ato infracional.
- B) determinar concessão de guarda.
- C) prestar serviço de assistência na área de proteção à maternidade de adolescente.
- D) resolver problemas de disciplina de aluno na escola.
- E) fiscalizar sistematicamente adolescentes em bares e boates.

Comentário:

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: (...)

Art. 105. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101. Art. 13.

Gabarito: A



NÃO ERRE MAIS!

CEBRASPE (CESPE) - 2021 - Analista Judiciário (TJ RJ)/Assistencial/Assistente Social- Pedro tem 15 anos de idade e, por ter cometido ato infracional, está cumprindo medida socioeducativa determinada pelo Poder Judiciário.



Considerando essa situação bem como o estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

- A) O ato infracional cometido por Pedro pode ser noticiado, desde que ele seja identificado pelas iniciais do seu nome ou por apelido.
- B) A audiência de apresentação de Pedro pode ter se dado por meio de condução coercitiva.
- C) Se o juiz tivesse determinado a internação de Pedro, este poderia cumpri-la de forma temporária em estabelecimento prisional.
- D) Pedro poderá optar pelo trabalho em horário escolar desde que seja para acelerar o cumprimento da medida socioeducativa.
- E) No caso de definição de privação de liberdade, Pedro poderia receber visitas diárias dos seus familiares mediante apresentação de bom comportamento. B) determinar concessão de guarda.

Comentário: Art. 187. Se o adolescente, devidamente notificado, não comparecer, injustificadamente à audiência de apresentação, a autoridade judiciária designará nova data, determinando sua condução coercitiva.

Se o adolescente foi notificado para ir em uma audiência de apresentação e não foi, o juiz vai escolher uma data nova para outra audiência de apresentação e o adolescente pode ser levado de forma coercitiva.

Gabarito: B



Para o ECA, **ATO INFRACIONAL** é a conduta descrita como: **CRIME e CONTRAVENÇÃO PENAL**.

Isso é importante, porque crianças e adolescentes não são imputáveis criminalmente. No entanto, **os menores de dezoito anos de idade ficam sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial, no caso, o ECA.**

Isso significa que o menor de 18 anos que cometer uma conduta descrita como crime ou contravenção penal cometerá o que o ECA chama de **ATO INFRACIONAL**, ficando sujeitos a medidas estabelecidas no próprio ECA. No caso do adolescente, são as **MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS**.





CEBRASPE (CESPE) - 2023 - Assistente Social (Pref São Cristóvão) - No caso de ações socioeducativas envolvendo o serviço social, o trabalho em rede:

- A) exige disposição para uma articulação socioeducativa.
- B) pressupõe ações verticalizadas e estrutura hierarquizada.
- C) desconsidera as políticas públicas setoriais.
- D) restringe a participação social da comunidade.

Comentário: O trabalho em rede exige disposição para uma articulação socioeducativa, visto que tem como um dos conceitos, uma estrutura horizontalizada, com princípios de colaboração, solidariedade, ajuda mútua e transparência, poder de decisão descentralizado, permitindo a corresponsabilidade. (PRADA e GARCIA, 2016)

Gabarito: A

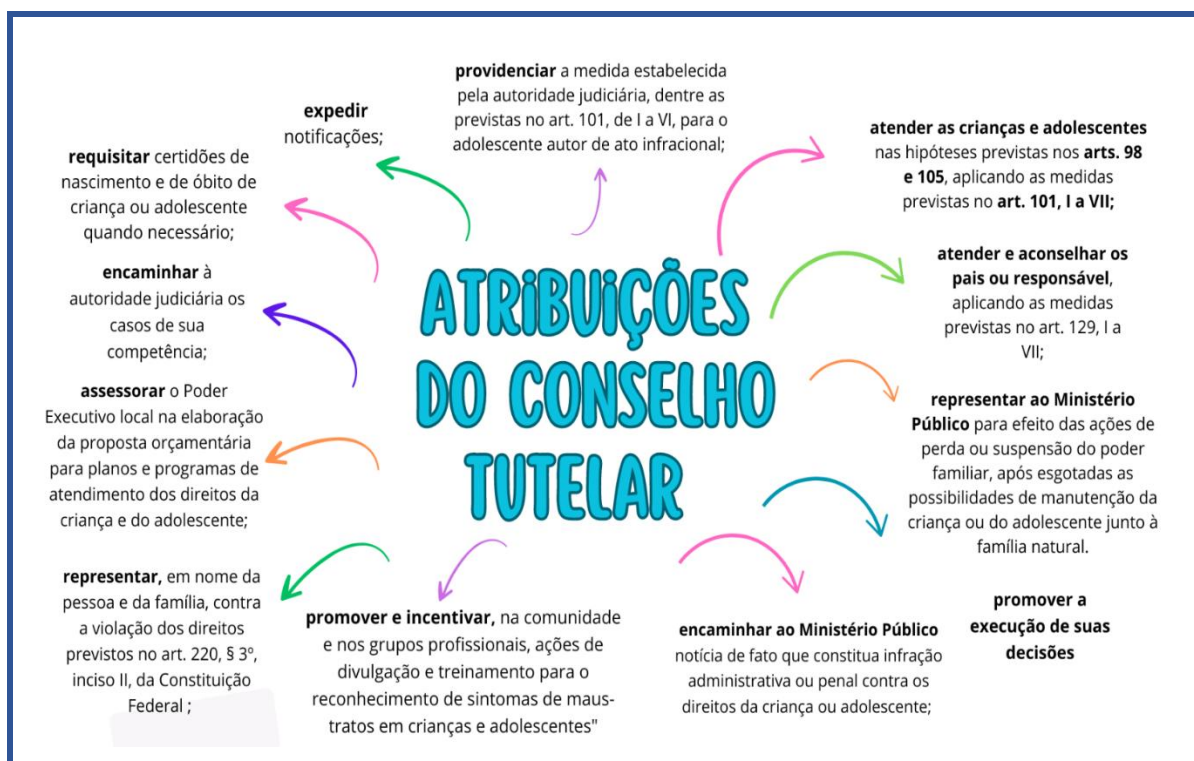
CONSELHO TUTELAR

O **Artigo 131** trata do conceito do que venha a ser essa Instituição, afirmando que: "Artigo 131. O **Conselho Tutelar** é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei". (GRIFOS NOSSOS).

O **Artigo 132 e 133** tratam, respectivamente, da **composição desses Conselhos, do tempo de mandato de seus integrantes e dos requisitos exigidos para a candidatura de membro do Conselho Tutelar.**

"Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do **Distrito Federal** haverá, no mínimo, **1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha**".







CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Assistente Social (Pref Camaçari) - Em relação ao conselho tutelar (CT), órgão autônomo e não jurisdicional responsável por zelar pelos direitos de crianças e adolescentes, assinale a opção correta.

- A) Podem atuar no mesmo CT marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos e cunhados.
- B) A posse dos novos conselheiros tutelares deve ocorrer no dia dez de fevereiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- C) O processo de escolha de membros do CT será estabelecido em lei federal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- D) Durante o processo de escolha de membros para o CT, é autorizada aos candidatos a distribuição de brindes aos eleitores, desde que de pequeno valor.
- E) O processo de escolha de membros do CT ocorrerá em data unificada em todo o território nacional, a cada quatro anos.

Comentário: O processo de escolha de membros do CT ocorre em data unificada em todo o território nacional, a cada quatro anos, conforme o artigo 132 da Lei nº 8.069/1990.

Art. 132 da Lei nº 8.069/1990:

Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

Gabarito: E



Lei n° 8662/93 – Lei de Regulamentação da Profissão

A Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n° 8.662/93), um dos assuntos mais abordados pela Banca CEBRASPE, é a Lei que regula a profissão de Serviço Social em todo o território brasileiro. É uma legislação curta, porém muito importante! (Nunca subestime uma Lei pelo seu tamanho. Isso é um erro gravíssimo!). :)

É composta de 24 Artigos que tratam de assuntos como: o exercício profissional do Assistente Social, pessoas que poderão exercer a profissão de Serviço Social, bem como as competências, atribuições privativas, duração da jornada de trabalho, seus Conselhos Profissionais, penalidades aos infratores dessa Legislação, dentre outros assuntos.

Competências e atribuições privativas da/o assistente social

Muita atenção, queridos(as) concurseiros(as), aos **Artigos 4° e 5°** da Lei de Regulamentação da Profissão, pois eles são os "recordistas" nas provas de concursos públicos, quando se trata dessa Legislação.

Esses Artigos tratam, respectivamente, das **competências** e **atribuições privativas** do Assistente Social.



Artigo 4°



Competências Profissionais

Artigo 5°



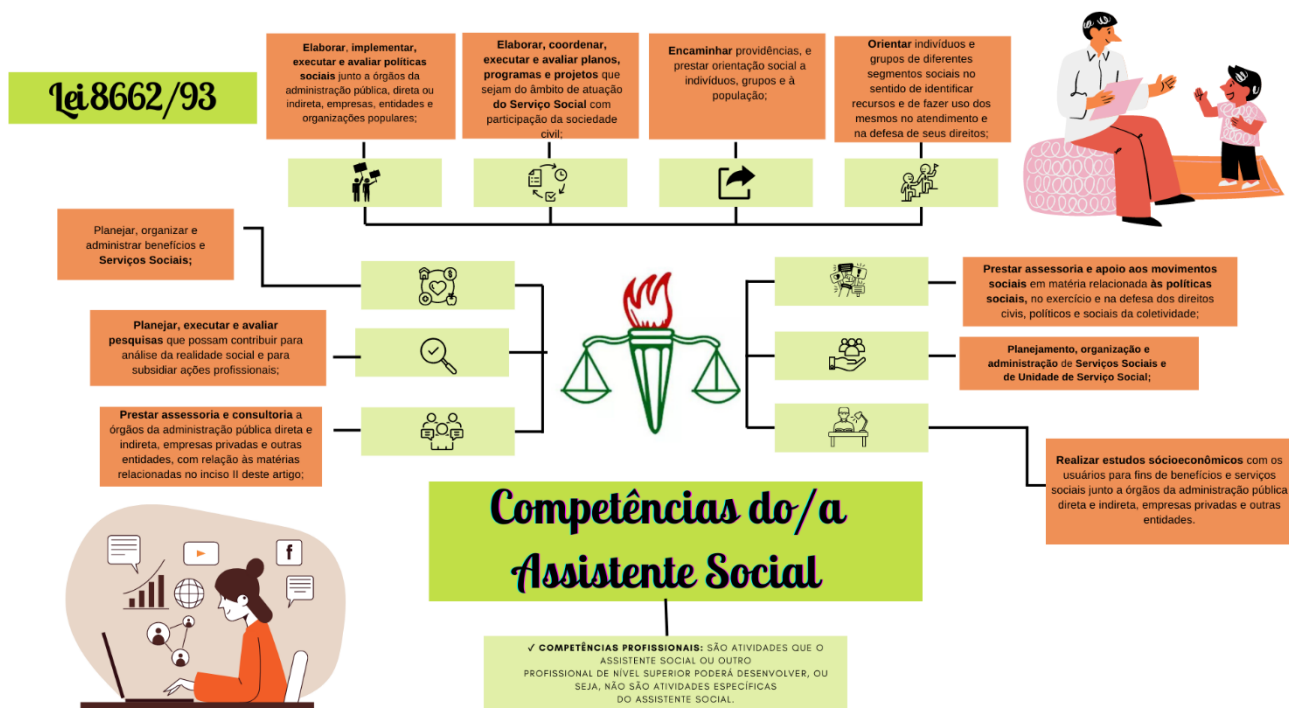
Atribuições Privativas do Assistente Social

Falando nisso, você sabe qual a diferença de uma competência profissional para uma atribuição privativa, concurseiro (a)?



✓ **COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS:** São atividades que o Assistente Social ou outro profissional de nível superior poderá desenvolver, ou seja, **não são atividades específicas do Assistente Social.**

O **Artigo 4º** da **Lei nº 8.662/93** traz um rol de **competências** do Assistente Social, as quais podemos citar:



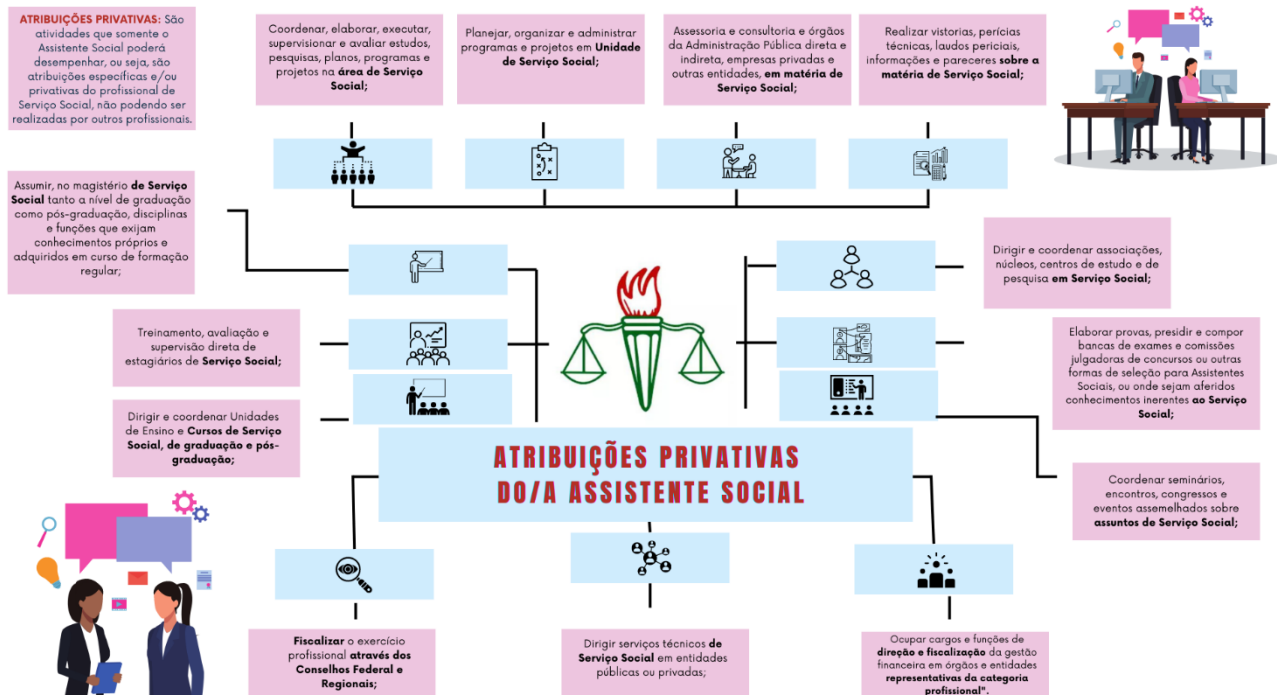
Além das competências profissionais, a **Lei nº 8.662/93** em seu **Artigo 5º** trata das **atribuições privativas** do Assistente Social.

Você sabe o que são atribuições privativas?



✓ **ATRIBUIÇÕES PRIVATIVAS:** São atividades que somente o Assistente Social poderá desempenhar, ou seja, são **atribuições específicas e/ou privativas** do profissional de Serviço Social, não podendo ser realizadas por outros profissionais.

O **Artigo 5º** da **Lei nº 8.662/93** traz uma lista composta por **13 atribuições privativas** do Assistente Social, as quais podemos citar:



Competências Profissionais



Atividades que o Assistente Social e outros profissionais poderão desempenhar

Atribuições Privativas do Assistente Social



Atividades específicas que somente o Assistente Social poderá desempenhar





(CEBRASPE - 2022) Constituem atribuições privativas do assistente social:

- A) planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais.
- B) realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de serviço social.
- C) orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso destes no atendimento e na defesa de seus direitos.
- D) realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.
- E) elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.

Comentários

A **alternativa B** está **correta**, pois de acordo com o inciso "IV" do Art. 5º da Lei de Regulamentação da Profissão realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social é uma atribuição privativa da/o assistente social.



Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social

Os **Artigos 6º ao 13º** tratam de assuntos relativos aos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social (CFESS e CRESS).

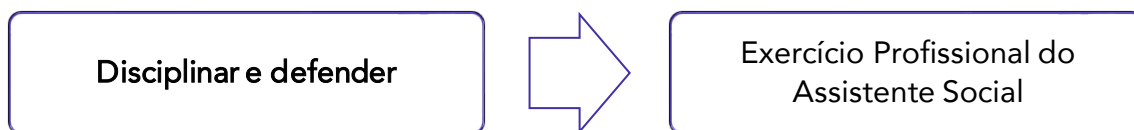
Falando nisso, **qual o objetivo de um Conselho Profissional?**



De acordo com o **Artigo 7º** da **Lei nº 8.662/93**, o CFESS e os CRESS:

"Constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional."

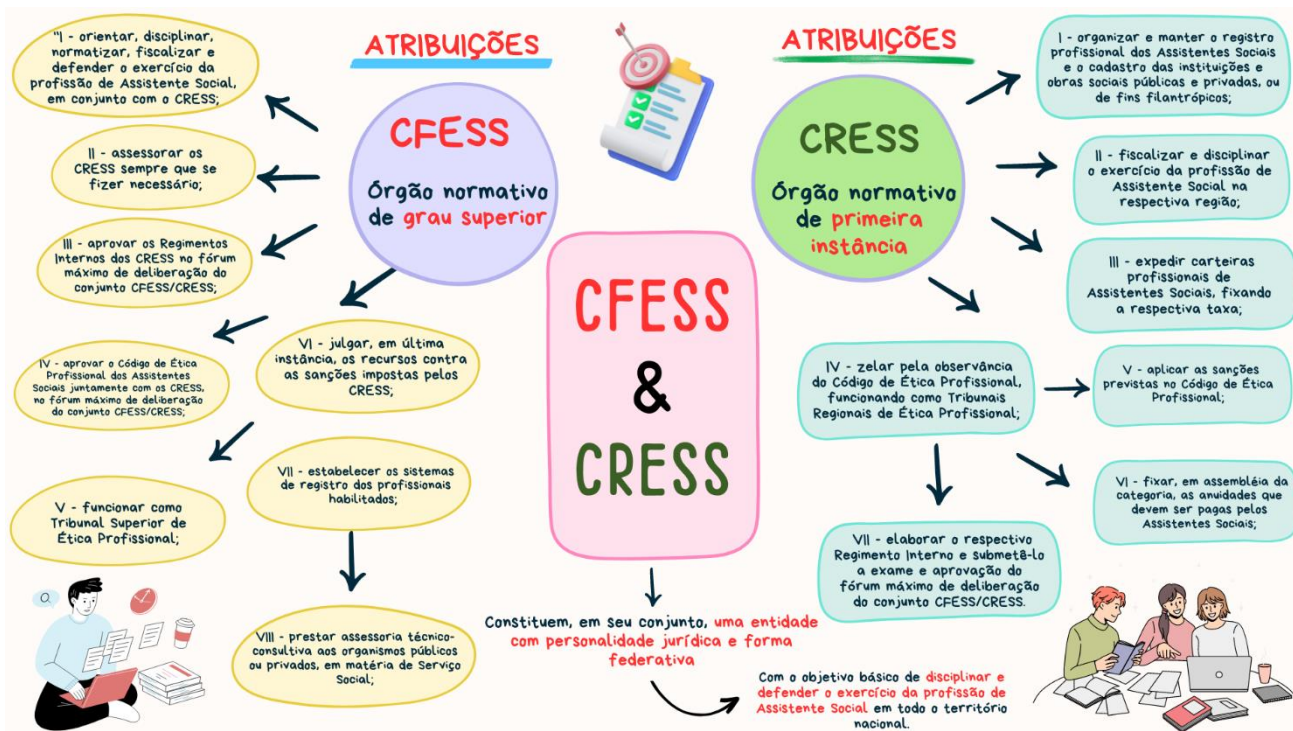
Note, queridos(as) concurseiros(as), que o **objetivo principal** de um **Conselho Profissional** é:



O **inciso 1º** do **Artigo 7º** trata de um assunto de grande importância para os Conselhos de Serviço Social: eles são dotados de **autonomia administrativa e financeira**, ou seja, os Conselhos Regionais (CRESS) **não dependem** do Conselho Federal (CFESS) em relação aos **assuntos administrativos e/ou financeiros**, pelo simples fato de possuírem autonomia para isso, pois realizam a execução de seus assuntos administrativos e possuem orçamento financeiro próprios.

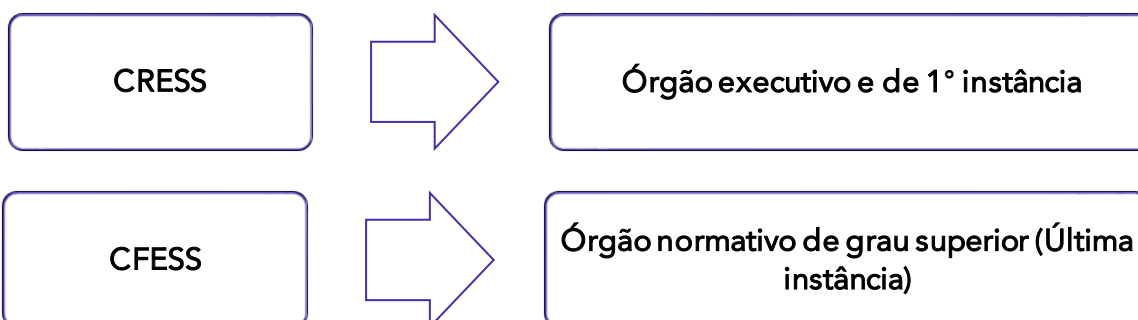
O **Artigo 8º** aborda sobre as competências do CFESS na qualidade de **órgão normativo de grau superior**, como base no exercício das seguintes atribuições:





Note, queridos(as) concurreseiros(as) que o fato do **CFESS** ser um **órgão normativo de grau superior** dá margem para o (a) profissional que for julgado, em virtude de falta ética e penalizado(a) pelos CRESS, poder recorrê-lo, em **última instância**, uma vez que o **CRESS** é um **órgão normativo de primeira instância**, cabendo, dessa forma, recurso à instância superior, que nesse caso corresponde ao CFESS.

Com relação a isso, os **incisos "V" e "VI"** do **Artigo 8º** acrescentam que o CFESS funciona como **Tribunal Superior de Ética Profissional** e poderá julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS.



Outro Artigo importante da **Lei nº 8.662/93** é o **Artigo 12º** que trata da existência dos CRESS por **região** ou **jurisdição**:

"Art. 12. Em cada capital de Estado, de Território e no Distrito Federal, haverá um Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) denominado segundo a sua jurisdição, a qual alcançará, respectivamente, a do Estado, a do Território e a do Distrito Federal."

Penalidades previstas na Lei nº 8662/93

Um Artigo que "despenca" nas provas de concursos públicos é o **Artigo 16º**, que trata das **PENALIDADES** que poderão ser aplicadas pelos CRESS aos infratores da **Lei nº 8.662/93**.

Dentre essas penalidades, podemos citar:



PENALIDADES DA LEI Nº 8.662/93

- **I - Multa** no valor de **uma a cinco vezes** a anuidade vigente;
- II - Suspensão de um a dois anos de exercício da profissão** ao Assistente Social que, no âmbito de sua atuação, deixar de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta;
- III - Cancelamento definitivo do registro**, nos casos de **extrema gravidade ou de reincidência contumaz**.

O **inciso 2º** do **Artigo 16º** ressalta que, em caso de **reincidência** do infrator na mesma infração, num **prazo de 2 anos**, a multa cabível será **elevada ao dobro**.

O **Artigo 19º** aborda sobre a **manutenção financeira do CFESS**, ressaltando que este Conselho será mantido:



*"I - por contribuições, taxas e emolumentos arrecadados pelos CRESS, em percentual a ser definido pelo fórum máximo instituído pelo art. 9º desta lei;
II - por doações e legados;
III - por outras rendas."*

Composição do CFESS, dos CRESS e das Delegacias Seccionais

O **Artigo 20º** trata a respeito da **composição dos membros do CFESS e dos CRESS**, ressaltando que o CFESS e os CRESS contarão com **09 membros efetivos**, a saber:

"Art. 20. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) contarão cada um com nove membros efetivos: Presidente, Vice-Presidente, dois Secretários, dois Tesoureiros e três membros do Conselho Fiscal, e nove suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais, por via direta, para um mandato de três anos, de acordo com as normas estabelecidas em Código Eleitoral aprovado pelo fórum instituído pelo art. 9º desta lei."

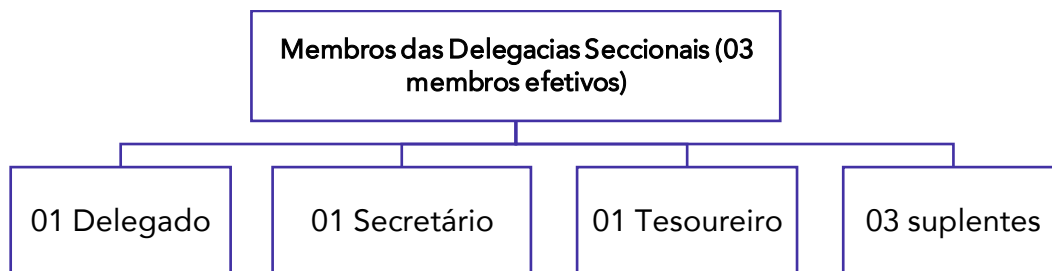


Membros do CFESS e dos CRESS (Nove membros efetivos)

- Presidente;
- Vice-Presidente;
- 02 secretários;
- 02 tesoureiros;
- 03 membros do conselho fiscal;
- E 09 suplentes.

O **Parágrafo Único** do **Artigo 20** trata da **composição das Delegacias Seccionais**, que contarão com os seguintes membros:





O **Artigo 22** fala a respeito da **legitimidade do CFESS e dos CRESS** para agir contra pessoas que infringirem as disposições da profissão de Assistente Social:

"Art. 22. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais terão legitimidade para agir contra qualquer pessoa que infringir as disposições que digam respeito às prerrogativas, à dignidade e ao prestígio da profissão de Assistente Social".



LISTA DE QUESTÕES DA BANCA CEBRASPE

1. (CESPE/CEBRASPE - 2023) Com base no projeto ético-político do serviço social, julgue o próximo item.

As bases que deram origem a uma nova perspectiva ético-política para o serviço social brasileiro foram estabelecidas entre 1970 e 1980.

() Certo () Errado

2. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Assinale a opção que apresenta um documento que baseia o projeto ético-político do serviço social.

- A. Lei Orgânica da Assistência Social
- B. Estatuto da Criança e do Adolescente
- C. Estatuto da Família
- D. Estatuto do Idoso
- E. Diretrizes Curriculares da ABEPSS

3. (CESPE/CEBRASPE - 2023) Acerca dos fundamentos éticos do serviço social, julgue o item a seguir.

O VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o II Seminário Nacional de Ética, ambos realizados em 1992, foram determinantes para revisão do Código de Ética de 1975.

() Certo () Errado

4. (CESPE/CEBRASPE - 2022) De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, julgue o item que se segue, a respeito do sigilo profissional.

A quebra do sigilo é aceitável quando se tratar de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário e da coletividade.

() Certo () Errado



5. (CESPE/CEBRASPE - 2024) Julgue o item subsequente à luz do Código de Ética do Assistente Social.

Quando chamado a depor, em regra geral o assistente social tem o dever de testemunhar sobre situação sigilosa de que tiver conhecimento durante o exercício da sua profissão.

Certo Errado

6. (CESPE/CEBRASPE - 2023) São penalidades previstas no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social, além de multa,

A) cassação do registro do profissional, advertência pública e advertência reservada.

B) advertência reservada, cassação do exercício profissional e suspensão do CPF.

C) suspensão do registro do profissional, advertência pública e cassação do CPF.

D) advertência pública em Assembleia Geral da Categoria no âmbito dos Conselhos Regionais de Serviço Social e suspensão do exercício profissional.

7. (CESPE/CEBRASPE - 2024) Com base no Código de Ética do Assistente Social de 1993, julgue o item subsequente.

Quando for convocado na qualidade de perito, o assistente social deve apresentar à justiça todas as informações que tiver, como diários de campo, relatórios internos e(ou) diagnósticos socioeconômicos, sempre que o juiz requisitar.

Certo Errado

8. (CESPE/CEBRASPE - 2024) Com base no Código de Ética do Assistente Social de 1993, julgue o item subsequente.

O direito ao sigilo profissional garante a dimensão ética do exercício profissional do assistente social e expressa, também, a garantia do sigilo das informações dos usuários e o seu manejo pelo profissional.

Certo Errado

9. (CESPE/CEBRASPE - 2024) Com base no Código de Ética do Assistente Social de 1993, julgue o item subsequente.



O assistente social somente deve participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública quando for expressamente convocado por ente da Federação.

Certo Errado

10. (CESPE/CEBRASPE - 2023) Em relação ao exercício da profissão de assistente social, julgue o próximo item.

As advertências reservada e pública são penalidades que podem ser aplicadas ao assistente social.

Certo Errado

11. CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Assistente Social (FUB) - Maria tem 26 anos de idade, está grávida, é solteira e mãe de uma menina de 5 anos de idade, chamada Laura, atendida no serviço de saúde por consequências de castigo físico. Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

O conselho tutelar poderá aplicar advertência e multa ao responsável pelos castigos físicos aplicados a Laura.

Certo Errado

12 - CEBRASPE (CESPE) - 2021 - Assistente Social (SESAU AL) - Considerando as políticas, as diretrizes, as ações e os desafios nas áreas da família, da criança e do adolescente, julgue o seguinte item.

A escola poderá requisitar a atuação do conselho tutelar nos casos de evasão escolar de crianças e adolescentes, a qual é considerada uma das expressões da questão social resultante das desigualdades sociais.

Certo Errado

13 - CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Assistente Social (FUB) - Maria tem 26 anos de idade, está grávida, é solteira e mãe de uma menina de 5 anos de idade, chamada Laura, atendida no serviço de saúde por consequências de castigo físico.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

O responsável pelo atendimento de Laura no serviço de saúde deve acionar o conselho tutelar local para as providências cabíveis.

Certo Errado

Comentário: No rol do direito à vida e à saúde, o ECA prevê que, em casos de suspeita ou confirmação

14 - CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Analista Ministerial (MPE TO)/Especializado/Assistência Social - Julgue o próximo item, a respeito da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, instituída pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.



A referida semana será realizada a cada dois anos, na primeira semana de fevereiro.

Certo Errado

15 - CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Analista Ministerial (MPE TO)/Especializado/Assistência Social - Julgue o próximo item, a respeito da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, instituída pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

As ações e campanhas educativas da referida semana serão realizadas pelo poder público em conjunto com organizações da sociedade civil.

Certo Errado

16- CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Analista de Apoio à Assistência Judiciária (DP DF)/Serviço Social - Com relação ao direito à vida e à saúde conforme o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item a seguir.

Nos casos de internação de criança ou adolescente, os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável.

Certo Errado

17- CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Assistente Social (FUB) - Maria tem 26 anos de idade, está grávida, é solteira e mãe de uma menina de 5 anos de idade, chamada Laura, atendida no serviço de saúde por consequências de castigo físico.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

O responsável pelo atendimento de Laura no serviço de saúde deve acionar o conselho tutelar local para as providências cabíveis.

Certo Errado

18 - CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Analista em Gestão Educacional (SEE PE)/Serviço Social - Julgue o item a seguir com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os profissionais com atribuições relacionadas ao cuidado contínuo de crianças na primeira infância devem ser capacitados para a identificação de sinais de risco para o desenvolvimento psíquico.

Certo Errado

19 - CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Analista Ministerial (MPE TO)/Especializado/Assistência Social - Julgue o item subsecutivo, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente.

É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.



20- CEBRASPE (CESPE) - 2023 - Analista Judiciário 02 (TJ ES)/Apoio Especializado/Serviço Social - Cláudia, de vinte anos de idade, é solteira, servidora pública e considerada pessoa com deficiência moderada.

Considerando a situação hipotética anterior, julgue o item a seguir.

É possível a participação de Cláudia em programa de apadrinhamento de uma criança em situação de acolhimento institucional.

Certo Errado

21. (CEBRASPE - 2024) No que se refere à regulamentação do exercício profissional do assistente social em todo o território nacional, julgue o item seguinte, com base na Lei n.º 8.662/1993.

É assegurado aos assistentes sociais que possuam diploma técnico reconhecido por órgão competente, desde que registrado no respectivo Conselho Regional de Serviço Social, exercer a profissão de assistente social e cumprir os deveres e obrigações inerentes ao cargo.

Certo Errado

22. (CEBRASPE - 2024) No que se refere à regulamentação do exercício profissional do assistente social em todo o território nacional, julgue o item seguinte, com base na Lei n.º 8.662/1993.

Poderão exercer a profissão de assistente social os profissionais que possuam diploma de graduação em serviço social expedido por instituição de ensino superior devidamente registrada no país e reconhecida por órgão competente.

Certo Errado

23. (CEBRASPE - 2023) A Lei n.º 8.662/1993 prevê expressamente que constitui competência do assistente social:

A) dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em serviço social.

B) realizar treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de serviço social.

C) orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar e fazer uso de recursos no atendimento e na defesa de seus direitos.

d) ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

e) dirigir serviços técnicos de serviço social em entidades públicas ou privadas.

24. (CEBRASPE - 2022) À luz do disposto na Lei n.º 8.662/1993, assinale a opção correta:



A) Uma das competências dos conselhos regionais de serviço social é atuar como um tribunal superior de ética profissional.

B) Ao Conselho Federal de Serviço Social e aos conselhos regionais de serviço social é garantida a legitimidade para agir contra os que infrinjam as disposições que digam respeito à dignidade da profissão de assistente social.

C) Entre os documentos de fé pública, em todo território nacional, inclui-se a carteira de identificação profissional, desde que expedida pelo Conselho Federal de Serviço Social.

D) A multa no valor de uma a dez vezes a anuidade corrente é uma das penalidades que os conselhos regionais de serviço social podem aplicar aos infratores dos dispositivos dessa lei.

E) É facultado o uso da expressão serviço social para denominar quaisquer órgãos, setores e serviços particulares de prestação de auxílio a idosos.

25. (CEBRASPE - 2022) Tendo como referência as resoluções do CFESS, julgue o seguinte subsecutivo.

O profissional que exercer funções, atividades ou tarefas de atribuição do assistente social, nos termos da Lei n.º 8.662/1993, com designação ou nomenclatura do cargo genérico, ou função de contratação do profissional, não é obrigado a se inscrever no CRESS.

() Certo () Errado

26. (CEBRASPE - 2022) À luz da Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei n.º 8.662/1993), julgue o item seguinte.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é mantido financeiramente por contribuições, taxas e emolumentos arrecadados pelos conselhos regionais de serviço social (CRESS), por doações, por legados e por outras rendas não especificadas.

() Certo () Errado

27. (CEBRASPE - 2022) À luz da Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei n.º 8.662/1993), julgue o item seguinte.

A realização de estudos socioeconômicos com os usuários, para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, não é atribuição privativa do assistente social, portanto outros profissionais podem fazê-lo.

() Certo () Errado

28. (CEBRASPE - 2024) Ana tem 35 anos de idade, é assistente social no serviço público, casada, está gestante, mora com seu pai de 70 anos de idade e tem um filho de 16 anos de idade chamado Josué, que está privado de liberdade em decorrência da prática de ato infracional.



Tendo a situação hipotética precedente como referência, julgue o item a seguir.

A lei que regulamenta a profissão de assistente social determina que a duração do trabalho do assistente social seja de 30 horas semanais.

() Certo () Errado

29. (CEBRASPE - 2020) De acordo com a Lei n.º 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social, é competência do assistente social:

A) superintender centros de estudo e de pesquisa em serviço social.

B) revelar aos empregadores informações acerca de aspectos biopsicossociais, culturais e religiosos dos trabalhadores, observados e registrados no âmbito do atendimento social.

C) fiscalizar, diretamente, a prática profissional de assistentes sociais, instituições e organizações na área do serviço social.

D) ofertar assessoria e subsídio aos movimentos sociais em matéria relacionada a políticas partidárias, no exercício e na defesa dos direitos sociais da coletividade.

E) coordenar projetos que sejam do escopo de atuação do serviço social com participação da sociedade civil.

30. (CEBRASPE - 2020) Considerando as disposições da Lei n.º 8.662/1993 e o debate acerca das atribuições e competências profissionais implementadas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), julgue o item a seguir.

As transformações do mundo do trabalho exigem, estritamente, o cumprimento das prerrogativas profissionais e atribuições privativas dos assistentes sociais, tornando-se secundária a análise crítica de conteúdos ou matérias envolvidas nas respostas profissionais frente às necessidades e aos direitos de indivíduos e famílias atendidos.

() Certo () Errado



GABARITO



1. CERTO
2. E
3. ERRADO
4. CERTO
5. ERRADO
6. A
7. ERRADO
8. CERTO
9. ERRADO
10. CERTO
11. CERTO
12. CERTO
13. CERTO
14. ERRADO
15. CERTO
16. CERTO
17. CERTO
18. CERTO
19. CERTO
20. CERTO
21. ERRADO
22. CERTA
23. C
24. B
25. ERRADA
26. CERTA
27. CERTA
28. CERTA
29. E
30. ERRADA



QUESTÕES COMENTADAS DA BANCA CEBRASPE

1. (CESPE/CEBRASPE - 2023) Com base no projeto ético-político do serviço social, julgue o próximo item.

As bases que deram origem a uma nova perspectiva ético-política para o serviço social brasileiro foram estabelecidas entre 1970 e 1980.

() Certo () Errado

Comentário:

A afirmação é certa. As bases para uma nova perspectiva ético-política para o Serviço Social brasileiro realmente começaram a ser estabelecidas entre as décadas de 1970 e 1980.

Este foi um período de intensas mudanças sociais e políticas no Brasil e em todo o mundo, e o Serviço Social não foi exceção. Durante esse tempo, houve um movimento crescente dentro da profissão para reavaliar e reformular suas abordagens teóricas e práticas.

Essa reavaliação levou ao desenvolvimento de uma nova perspectiva ético-política que buscava alinhar o Serviço Social com a teoria social crítica. Isso foi refletido na adoção do projeto ético-político, que continua a orientar a prática do Serviço Social no Brasil até hoje.

Portanto, a afirmação de que as bases para essa nova perspectiva foram estabelecidas entre 1970 e 1980 é correta.

Gabarito: Certo.

2. (CESPE/CEBRASPE - 2022) Assinale a opção que apresenta um documento que baseia o projeto ético-político do serviço social.

- A. Lei Orgânica da Assistência Social
- B. Estatuto da Criança e do Adolescente
- C. Estatuto da Família
- D. Estatuto do Idoso
- E. Diretrizes Curriculares da ABEPSS

Comentário:

O projeto ético-político é explicitado no **Código de Ética Profissional**, na **Lei de Regulamentação da profissão** (Lei 8662/93) e nas **Diretrizes Curriculares** aprovadas pela ABEPSS em 1996.



Gabarito: letra E.

3. (CESPE/CEBRASPE - 2023) Acerca dos fundamentos éticos do serviço social, julgue o item a seguir.

O VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o II Seminário Nacional de Ética, ambos realizados em 1992, foram determinantes para revisão do Código de Ética de 1975.

() Certo () Errado

Comentário:

A afirmação está **errada**. O texto deveria se referir à revisão do Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1986, que foi um processo importante e abrangente na história da profissão no Brasil. A necessidade dessa revisão começou a ser sentida no final dos anos 80 e foi oficialmente agendada durante a gestão 1990/1993 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

O processo de revisão foi marcado por uma série de eventos significativos, incluindo o I Seminário Nacional de Ética em agosto de 1991, o VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em maio de 1992, e culminou com o II Seminário Nacional de Ética em novembro de 1992. Esses eventos envolveram várias organizações profissionais, incluindo o CFESS, o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABESS), a Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) e a Sociedade de Estudos Sociais (SESSUNE).

A participação ativa de assistentes sociais de todo o país nesses eventos garantiu que o novo Código de Ética refletisse as aspirações coletivas dos profissionais brasileiros. Isso significa que o código foi produzido com um alto grau de consenso e representatividade, tornando-o um reflexo fiel dos valores e princípios éticos da profissão naquele momento. O novo Código de Ética de 1993, portanto, não foi apenas um documento regulatório, mas também uma expressão das aspirações coletivas dos assistentes sociais brasileiros.

Gabarito: Errado.

4. (CESPE/CEBRASPE - 2022) De acordo com o Código de Ética do Assistente Social, julgue o item que se segue, a respeito do sigilo profissional.

A quebra do sigilo é aceitável quando se tratar de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário e da coletividade.

() Certo () Errado

Comentário:

O art. 17 do Código de Ética dispõe que é vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional. Todavia, o art. 18 do Código de Ética afirma que a quebra de sigilo só é admissível em situações cuja



gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.

Gabarito: Certo.

5. (CESPE/CEBRASPE - 2024) Julgue o item subsequente à luz do Código de Ética do Assistente Social.

Quando chamado a depor, em regra geral o assistente social tem o dever de testemunhar sobre situação sigilosa de que tiver conhecimento durante o exercício da sua profissão.

() Certo () Errado

Comentário:

O item está incorreto. Segundo o Artigo 20 do Código de Ética do Assistente Social, **é vedado** ao assistente social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado. Este artigo reforça a importância do sigilo profissional e a necessidade de proteger as informações confidenciais dos usuários. O assistente social só pode revelar informações sigilosas em situações excepcionais previstas pela legislação, como risco iminente de dano grave ao usuário ou a terceiros. Portanto, a regra geral é que o assistente social deve manter a confidencialidade das informações obtidas no exercício da sua profissão.

Gabarito: Errado.

6. (CESPE/CEBRASPE - 2023) São penalidades previstas no Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social, além de multa,

- A) cassação do registro do profissional, advertência pública e advertência reservada.
- B) advertência reservada, cassação do exercício profissional e suspensão do CPF.
- C) suspensão do registro do profissional, advertência pública e cassação do CPF.
- D) advertência pública em Assembleia Geral da Categoria no âmbito dos Conselhos Regionais de Serviço Social e suspensão do exercício profissional.

Comentário:

São penalidades previstas no Código de Ética Profissional de 1993: multa; advertência reservada; advertência pública; suspensão do exercício profissional; e cassação do registro profissional.



Mnemônico para recordar: **MU - AD.RE - AD.PU - SUS - CASSA**

Gabarito: A.

7. (CESPE/CEBRASPE - 2024) Com base no Código de Ética do Assistente Social de 1993, julgue o item subsequente.

Quando for convocado na qualidade de perito, o assistente social deve apresentar à justiça todas as informações que tiver, como diários de campo, relatórios internos e(ou) diagnósticos socioeconômicos, sempre que o juiz requisitar.

() Certo () Errado

Comentário:

O item está incorreto. O assistente social tem o dever de se apresentar quando convocado pela justiça para atuar como perito, emitindo laudos pertinentes à sua área de competência. É crucial que, ao fazê-lo, respeite os limites da competência profissional e não viole os princípios éticos estabelecidos pelo Código de Ética do Assistente Social.

Conforme o Código de Ética do Assistente Social de 1993, o assistente social, quando convocado como perito, deve manter sigilo profissional e apresentar apenas as informações estritamente necessárias para o caso em questão, respeitando a confidencialidade dos dados pessoais e sigilosos que possui.

A quebra do sigilo somente deve ocorrer em situações previstas pela legislação, tais como:

- quando há risco iminente de dano grave ao usuário ou a terceiros, como em casos de violência ou abuso;
- quando o sigilo prejudica a defesa de direitos e interesses legítimos do próprio usuário.

Assim, a exigência de apresentar "todas as informações que tiver" está em desacordo com o princípio do sigilo profissional.

Gabarito: Errado.

8. (CESPE/CEBRASPE - 2024) Com base no Código de Ética do Assistente Social de 1993, julgue o item subsequente.

O direito ao sigilo profissional garante a dimensão ética do exercício profissional do assistente social e expressa, também, a garantia do sigilo das informações dos usuários e o seu manejo pelo profissional.



() Certo () Errado

Comentário:

O item está correto. O sigilo profissional é um direito garantido pelo Código de Ética do Assistente Social de 1993. Ele garante a dimensão ética do exercício profissional, assegurando que as informações dos usuários sejam tratadas com confidencialidade e respeito. O manejo adequado dessas informações pelo assistente social é essencial para proteger a privacidade e os direitos dos usuários, e para estabelecer uma relação de confiança entre o profissional e o usuário. Assim, o sigilo profissional é uma expressão concreta do compromisso ético do assistente social.

Gabarito: Certo.

9. (CESPE/CEBRASPE - 2024) Com base no Código de Ética do Assistente Social de 1993, julgue o item subsequente.

O assistente social somente deve participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública quando for expressamente convocado por ente da Federação.

() Certo () Errado

Comentário:

O item está incorreto. O Código de Ética do Assistente Social de 1993 não impõe que o assistente social deva participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública **somente** quando convocado por um ente da Federação.

Art. 3º São deveres do/a assistente social:

d - participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

O assistente social deve estar disponível para atuar em situações de emergência e calamidade pública, **independentemente de convocação formal**, como parte de seu compromisso ético com a sociedade e com a garantia de direitos da população. A assistência em situações de calamidade pública é uma das formas de concretizar o dever profissional de promover o bem-estar e a justiça social.

Gabarito: Errado.

10. (CESPE/CEBRASPE - 2023) Em relação ao exercício da profissão de assistente social, julgue o próximo item.



As advertências reservada e pública são penalidades que podem ser aplicadas ao assistente social.

() Certo () Errado

Comentário:

O item está correto. De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social, as **advertências reservada e pública** são, de fato, penalidades que podem ser aplicadas aos assistentes sociais que cometem infrações éticas.

A advertência reservada é uma sanção menos grave, aplicada em casos de infrações leves, e é feita de forma privada. O assistente social recebe a advertência sem divulgação pública, a não ser em casos previstos no Art. 33 do Código de Ética, ou seja, não sendo encontrado o penalizado ou se este, após duas convocações, não comparecer no prazo fixado para receber a penalidade, ela será tornada pública.

A advertência pública é uma penalidade mais severa e é aplicada em casos de infrações mais graves, sendo divulgada publicamente no Diário Oficial e em outros órgãos da imprensa. Também é afixada na sede do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e na Delegacia Seccional do CRESS da jurisdição do profissional.

Gabarito: Certo.

11. CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Assistente Social (FUB) - Maria tem 26 anos de idade, está grávida, é solteira e mãe de uma menina de 5 anos de idade, chamada Laura, atendida no serviço de saúde por consequências de castigo físico. Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

O conselho tutelar poderá aplicar advertência e multa ao responsável pelos castigos físicos aplicados a Laura.

() Certo () Errado

Comentário: O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme previsto no artigo 131. Nesse sentido, o rol das suas atribuições não prevê a aplicação de multa ao responsável pelos castigos físicos. Por fim, deixarei aqui o rol de medidas previstas que o Conselho Tutelar poderá aplicar a determinados casos concretos, elencados nos artigos 101, I a VII, artigo 129, I a VII e artigo 136.

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;

II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;

III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;



IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

VII - abrigo em entidade;

VII - acolhimento institucional; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

VIII - colocação em família substituta.

VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

IX - colocação em família substituta. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Gabarito: Errado

12 - CEBRASPE (CESPE) - 2021 - Assistente Social (SESAU AL) - Considerando as políticas, as diretrizes, as ações e os desafios nas áreas da família, da criança e do adolescente, julgue o seguinte item.

A escola poderá requisitar a atuação do conselho tutelar nos casos de evasão escolar de crianças e adolescentes, a qual é considerada uma das expressões da questão social resultante das desigualdades sociais.

() Certo () Errado

Comentário: Ao requisitar a atuação do Conselho Tutelar em casos de evasão escolar, a escola está cumprindo seu papel de protetora dos direitos da criança e do adolescente, contribuindo dessa forma com a proteção aos direitos da criança e do Adolescente.

Gabarito: Certo

13 - CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Assistente Social (FUB) - Maria tem 26 anos de idade, está grávida, é solteira e mãe de uma menina de 5 anos de idade, chamada Laura, atendida no serviço de saúde por consequências de castigo físico.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

O responsável pelo atendimento de Laura no serviço de saúde deve acionar o conselho tutelar local para as providências cabíveis.



Certo Errado

Comentário: No rol do direito à vida e à saúde, o ECA prevê que, em casos de suspeita ou confirmação de castigo físico serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da localidade, sem prejuízo de outras providências, nos termos do artigo 13.

*Art. 13. Os casos de **suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.** (Redação dada pe...*

(...)

*Art. 131. O **Conselho Tutelar** é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.*

*Art. 132. Em cada **Município** e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, **no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar** como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.*

Gabarito: Certo

14 - CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Analista Ministerial (MPE TO)/Especializado/Assistência Social - Julgue o próximo item, a respeito da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, instituída pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A referida semana será realizada a cada dois anos, na primeira semana de fevereiro.

Certo Errado

Comentário: "A referida semana será realizada a cada dois anos, na primeira semana de fevereiro."

Art. 8º - A. Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de Fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência."

Gabarito: Errado

15 - CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Analista Ministerial (MPE TO)/Especializado/Assistência Social - Julgue o próximo item, a respeito da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, instituída pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

As ações e campanhas educativas da referida semana serão realizadas pelo poder público em conjunto com organizações da sociedade civil.

Certo Errado



Comentário: Art. 8º-A. Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência.

Parágrafo único. As ações destinadas a efetivar o disposto no caput deste artigo ficarão a cargo do poder público, em conjunto com organizações da sociedade civil, e serão dirigidas prioritariamente ao público adolescente.

Gabarito: Certo

16- CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Analista de Apoio à Assistência Judiciária (DP DF)/Serviço Social - Com relação ao direito à vida e à saúde conforme o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item a seguir.

Nos casos de internação de criança ou adolescente, os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável.

() Certo () Errado

Comentário: O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que, nos casos de internação de criança ou adolescente, os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, observe:

Art. 12. Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

Gabarito: Certo

17- CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Assistente Social (FUB) - Maria tem 26 anos de idade, está grávida, é solteira e mãe de uma menina de 5 anos de idade, chamada Laura, atendida no serviço de saúde por consequências de castigo físico.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo.

O responsável pelo atendimento de Laura no serviço de saúde deve acionar o conselho tutelar local para as providências cabíveis.

() Certo () Errado

Comentário: o ECA prevê que, em casos de suspeita ou confirmação de castigo físico serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da localidade, sem prejuízo de outras providências, nos termos do artigo 13.



Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. *(Redação dada pe...*

(...)

Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

Gabarito: Certo

18 - CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Analista em Gestão Educacional (SEE PE)/Serviço Social - Julgue o item a seguir com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os profissionais com atribuições relacionadas ao cuidado contínuo de crianças na primeira infância devem ser capacitados para a identificação de sinais de risco para o desenvolvimento psíquico.

Certo Errado

Comentário: Trata-se da previsão extraída da literalidade do artigo 11, § 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, vejamos:

Art. 11. § 3º Os profissionais que atuam no cuidado diário ou frequente de crianças na primeira infância receberão formação específica e permanente para a detecção de sinais de risco para o desenvolvimento psíquico, **bem como para o acompanhamento que se fizer necessário.**

Gabarito: Certo

19 - CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Analista Ministerial (MPE TO)/Especializado/Assistência Social - Julgue o item subsecutivo, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente.

É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Certo Errado

Comentário: Conforme o Art. 18 É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Gabarito: Certo



20- CEBRASPE (CESPE) - 2023 - Analista Judiciário 02 (TJ ES)/Apoio Especializado/Serviço Social - Cláudia, de vinte anos de idade, é solteira, servidora pública e considerada pessoa com deficiência moderada.

Considerando a situação hipotética anterior, julgue o item a seguir.

É possível a participação de Cláudia em programa de apadrinhamento de uma criança em situação de acolhimento institucional.

() Certo () Errado

Comentário: É possível a participação de Cláudia em programa de Apadrinhamento no caso citado. Vejamos:

Art. 19-B. A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento.

§ 1º O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro. (Incluído pela L...

§ 2º (VETADO). (Incluído pela L...

§ 2º Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.

§ 3º Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento. (Incluído pela L...

§ 4º O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva. (Incluído pela L...

§ 5º Os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude poderão ser executados por órgãos públicos ou por organizações da sociedade civil. (Incluído pela L...

§ 6º Se ocorrer violação das regras de apadrinhamento, os responsáveis pelo programa e pelos serviços de acolhimento deverão imediatamente notificar a autoridade judiciária competente.

Gabarito: Certo

21. (CEBRASPE - 2024) No que se refere à regulamentação do exercício profissional do assistente social em todo o território nacional, julgue o item seguinte, com base na Lei n.º 8.662/1993.



É assegurado aos assistentes sociais que possuam diploma técnico reconhecido por órgão competente, desde que registrado no respectivo Conselho Regional de Serviço Social, exercer a profissão de assistente social e cumprir os deveres e obrigações inerentes ao cargo.

() Certo () Errado

Comentários

A **questão** está **errada**, pois de acordo com o inciso "I" do Art. 2º da Lei de Regulamentação:

Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

II - os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

III - os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

22. (CEBRASPE - 2024) No que se refere à regulamentação do exercício profissional do assistente social em todo o território nacional, julgue o item seguinte, com base na Lei n.º 8.662/1993.

Poderão exercer a profissão de assistente social os profissionais que possuam diploma de graduação em serviço social expedido por instituição de ensino superior devidamente registrada no país e reconhecida por órgão competente.

() Certo () Errado

Comentários

Percebam que, em outra questão, a banca CEBRASPE aborda o **mesmo conteúdo do inciso "I" do Art. 2º da Lei de Regulamentação**.



A **questão** está **certa**, pois de acordo com a referida legislação, poderão exercer a profissão de assistente social os profissionais que possuam diploma de graduação em serviço social expedido por instituição de ensino superior devidamente registrada no país e reconhecida por órgão competente.

23. (CEBRASPE - 2023) A Lei n.º 8.662/1993 prevê expressamente que constitui competência do assistente social:

- A) dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em serviço social.
- B) realizar treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de serviço social.
- C) orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar e fazer uso de recursos no atendimento e na defesa de seus direitos.
- d) ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.
- e) dirigir serviços técnicos de serviço social em entidades públicas ou privadas.

Comentários

A **alternativa C** está **correta** e é o gabarito da questão, pois de acordo com o inciso "V" do Art. 4º da Lei nº 8.662/93, dentre as competências das/os assistentes sociais está a de orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

24. (CEBRASPE - 2022) À luz do disposto na Lei n.º 8.662/1993, assinale a opção correta:

- A) Uma das competências dos conselhos regionais de serviço social é atuar como um tribunal superior de ética profissional.
- B) Ao Conselho Federal de Serviço Social e aos conselhos regionais de serviço social é garantida a legitimidade para agir contra os que infrinjam as disposições que digam respeito à dignidade da profissão de assistente social.
- C) Entre os documentos de fé pública, em todo território nacional, inclui-se a carteira de identificação profissional, desde que expedida pelo Conselho Federal de Serviço Social.
- D) A multa no valor de uma a dez vezes a anuidade corrente é uma das penalidades que os conselhos regionais de serviço social podem aplicar aos infratores dos dispositivos dessa lei.
- E) É facultado o uso da expressão serviço social para denominar quaisquer órgãos, setores e serviços particulares de prestação de auxílio a idosos.

Comentários



A **alternativa B** está **correta** e é o gabarito da questão, pois de acordo com o art. 22 da Lei de Regulamentação da Profissão:

Art. 22 - O Conselho Federal e os Conselhos Regionais terão legitimidade para agir contra qualquer pessoa que infringir as disposições que digam respeito às prerrogativas, à dignidade e ao prestígio da profissão de Assistente Social.

Notem, queridos(as) concurseiros(as) que o fato do **CFESS** ser **um órgão normativo de grau superior** dá margem para o (a) profissional que for julgado, em virtude de falta ética e penalizado(a) pelos CRESS, poder recorrê-lo, em **última instância**, uma vez que o **CRESS** é um **órgão normativo de primeira instância**, cabendo, dessa forma, recurso à instância superior, que nesse caso corresponde ao CFESS.

Com relação a isso, os **incisos "V" e "VI" do Artigo 8º** acrescentam que o CFESS funciona como **Tribunal Superior de Ética Profissional** e poderá julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS.

25. (CEBRASPE - 2022) Tendo como referência as resoluções do CFESS, julgue o seguinte subsecutivo.

O profissional que exercer funções, atividades ou tarefas de atribuição do assistente social, nos termos da Lei n.º 8.662/1993, com designação ou nomenclatura do cargo genérico, ou função de contratação do profissional, não é obrigado a se inscrever no CRESS.

() Certo () Errado

Comentários

Já perceberam como a banca CEBRASPE "adora" mencionar em suas questões o conteúdo do Art. 2º da Lei nº 8.662/93, queridas/os concurseiras/os??

A **questão** está **errada**, pois de acordo com o Parágrafo Único do Art. 2º da referida legislação, o exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado. Logo, podemos concluir que a/o profissional será obrigado a se inscrever no CRESS para exercer funções, atividades ou tarefas de atribuição profissional.



26. (CEBRASPE - 2022) À luz da Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei n.º 8.662/1993), julgue o item seguinte.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é mantido financeiramente por contribuições, taxas e emolumentos arrecadados pelos conselhos regionais de serviço social (CRESS), por doações, por legados e por outras rendas não especificadas.

() Certo () Errado

Comentários

A **questão** está **certa**, pois de acordo com o inciso "I" do Art. 19 da Lei de Regulamentação da Profissão:

Art. 19. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) será mantido:

I - por contribuições, taxas e emolumentos arrecadados pelos CRESS, em percentual a ser definido pelo fórum máximo instituído pelo art. 9º desta lei;

II - por doações e legados;

III - por outras rendas.

27. (CEBRASPE - 2022) À luz da Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei n.º 8.662/1993), julgue o item seguinte.

A realização de estudos socioeconômicos com os usuários, para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, não é atribuição privativa do assistente social, portanto outros profissionais podem fazê-lo.

() Certo () Errado

Comentários

A **alternativa** está **certa**, pois de acordo com o inciso "XI" do Art. 4º da Lei de Regulamentação da Profissão, a realização de estudos socioeconômicos com os usuários, para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, é uma competência da/o assistente social. Logo, outros profissionais poderão também realizar os referidos estudos.



28. (CEBRASPE - 2024) Ana tem 35 anos de idade, é assistente social no serviço público, casada, está gestante, mora com seu pai de 70 anos de idade e tem um filho de 16 anos de idade chamado Josué, que está privado de liberdade em decorrência da prática de ato infracional.

Tendo a situação hipotética precedente como referência, julgue o item a seguir.

A lei que regulamenta a profissão de assistente social determina que a duração do trabalho do assistente social seja de 30 horas semanais.

() Certo () Errado

Comentários

A **alternativa** está **certa**, pois de acordo com o Art. 5-A da Lei de Regulamentação da Profissão, a duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais.

29. (CEBRASPE - 2020) De acordo com a Lei n.º 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social, é competência do assistente social:

- A) superintender centros de estudo e de pesquisa em serviço social.
- B) revelar aos empregadores informações acerca de aspectos biopsicossociais, culturais e religiosos dos trabalhadores, observados e registrados no âmbito do atendimento social.
- C) fiscalizar, diretamente, a prática profissional de assistentes sociais, instituições e organizações na área do serviço social.
- D) ofertar assessoria e subsídio aos movimentos sociais em matéria relacionada a políticas partidárias, no exercício e na defesa dos direitos sociais da coletividade.
- E) coordenar projetos que sejam do escopo de atuação do serviço social com participação da sociedade civil.

Comentários

A **alternativa E** está **correta** e é o gabarito da questão, pois de acordo com o inciso "II" do Art. 4º da lei n.º 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social, elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.

30. (CEBRASPE - 2020) Considerando as disposições da Lei n.º 8.662/1993 e o debate acerca das atribuições e competências profissionais implementadas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), julgue o item a seguir.

As transformações do mundo do trabalho exigem, estritamente, o cumprimento das prerrogativas profissionais e atribuições privativas dos assistentes sociais, tornando-se secundária a análise



crítica de conteúdos ou matérias envolvidas nas respostas profissionais frente às necessidades e aos direitos de indivíduos e famílias atendidos.

() Certo () Errado

Comentários

A **questão** está **errada**, pois as transformações provenientes do mundo do trabalho exigem o cumprimento das prerrogativas profissionais e atribuições privativas das/os assistentes sociais, devendo sua análise ser realizada de forma primária, ou seja, envolvendo a análise crítica de conteúdos ou matérias envolvidas nas respostas profissionais frente às necessidades e aos direitos das/os usuários/as atendidos.



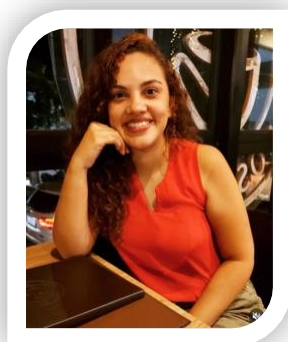
CORUJINHA APROVADA!



CORUJA APROVADA

VEJA O DEPOIMENTO DE QUEM ESTUDOU PELO NOSSO MATERIAL E FOI APROVADA NAS PRIMEIRAS COLOCAÇÕES!

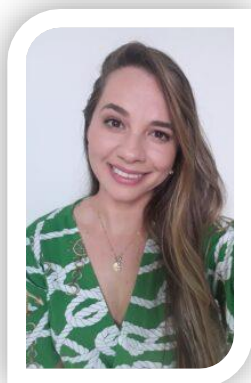
Gabriela Nogueira Eduardo



Aprovada em 2º lugar no concurso TJRN para Analista Judiciário - Serviço Social (Central Potiguar)

“O Estratégia Concursos oferece um mundo de possibilidades. O material é muito completo e procurei me adequar as minhas necessidades e objetivos. Por exemplo, eu uso mais PDFs que videoaulas, porque videoaula cansa muito, então as reservei para algumas disciplinas especificamente.”

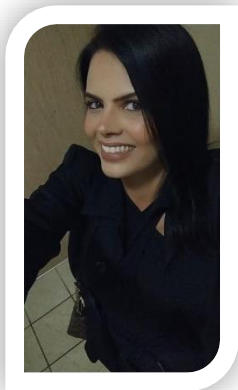
Liliane Dos Santos Siqueira



Aprovada em 3º lugar para o cargo de Analista - Serviço Social no concurso TJ-RN

“Gosto muito das videoaulas, porque compreendo melhor o conteúdo e consigo lembrar da voz do professor na hora da prova. No PDF leio os resumos, algumas partes mais importantes e resolvo todas as questões e leio os comentários. Também gosto dos Cursos de Reta Final, Hora da Verdade e Bizu Estratégico. Depois que saiu o edital, utilizei o Curso de Reta Final, Hora da Verdade, Bizu Estratégico, Questões do PDF.”





Deiviene Macedo Ulhoa

Aprovada em 2º lugar no concurso do TRT-MG para AJ - Apoio Especializado - Serviço Social

“Estratégia tem uma boa reputação entre os concurseiros. Usei vários materiais, de vários cursos. Mas os PDF’s do Estratégia realmente são muito bons porque tem uma ótima esquematização, linguagem clara, layout agradável e várias explicações ao longo do material, o que facilita bastante a aprendizagem. A sensação é que o professor está ao seu lado dando aula. A principal ferramenta que utilizei do Estratégia foram os PDF’s e as vídeoaulas disponibilizadas no YouTube. Sem dúvida alguma são materiais muito bem elaboradas por professores reconhecidamente habilitados e experientes.”



Clivia Costa Barroco

Aprovada em 1º lugar no concurso SEMSA Manaus para Assistente Social

“As ferramentas que considero diferenciais do Estratégia são o Passo Estratégico e o Bizú Estratégico, que auxiliaram bastante na reta final dos estudos para SEMSA, pois me possibilitaram revisar os assuntos mais relevantes e cobrados pela banca do concurso.”



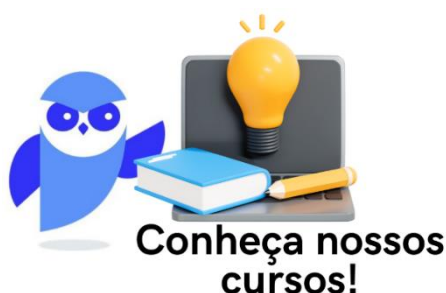
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostou do nosso material? 😊

Ele é só um resumo do que você encontra nas nossas aulas!

O que você está passando, todas nós já passamos e vamos te ajudar ao longo dos próximos meses. Este material vai te mostrar um pouquinho do que você encontrará no nosso curso.

Acredite, **você não encontrará material mais completo que o nosso** e nenhum curso oferecerá tantas ferramentas para te ajudar ao longo da preparação.



Se você ainda não é aluno coruja, te convido a conhecer os nossos cursos!

Basta acessar a página do Estratégia Concursos e realizar a busca na aba de pesquisa e procurar pelo seu curso ou pacote completo do curso de seu interesse.

Com o nosso material você **ganha tempo e consegue estudar no pós-edital de forma direcionada!**

Você está no caminho certo e **estaremos juntos nessa jornada!**

Um grande abraço! E aguardamos você em nossa próxima aula!

Anna Valéria, Coimbra Almeida e Nilza Ciciliati



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.